

Refrações morais e cognitivas: contribuições da sociologia durkheimiana para a compreensão das eleições presidenciais brasileiras de 2018

Moral and cognitive refractions: contributions of durkheimian sociology to comprehending 2018 brazilian presidential elections

Raquel Andrade Weiss¹⁰⁸

Jayme Gomes Neto¹⁰⁹

Renan Bulsing dos Santos¹¹⁰

Mônica Araujo Barbosa¹¹¹

Guillermo Omar Orsi¹¹²

Carlos Augusto Silva Fabris¹¹³

Sabrina Ramos Negrão¹¹⁴

Guilherme Antônio Carneiro de Sant' Ana¹¹⁵

Resumo

¹⁰⁸ Docente do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5911-4147>; Email: weiss.raquel@gmail.com.

¹⁰⁹ Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Doutorando); ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1561-9001>; Email: jaymegomesnt@gmail.com.

¹¹⁰ Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Doutorando); ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7252-395X>; Email: renan.santos.ufrgs@gmail.com.

¹¹¹ Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Doutoranda); ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3456-6929>; Email: monikabarboza@gmail.com.

¹¹² Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Doutorando); ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7445-9912>; Email: gorsi83@gmail.com.

¹¹³ Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Mestrando); ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2439-8618>; Email: carlos.fabris8@gmail.com.

¹¹⁴ Bacharel em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6252-0402>; Email: sabrina.rneg@gmail.com.

¹¹⁵ Graduando em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4402-8868>; Email: gugasantlegas@yahoo.com.br.

O desafio proposto por este dossiê sobre a atualidade dos clássicos nas ciências sociais nos encorajou a produção de um ensaio coletivo no qual mobilizamos conceitos fundamentais oriundos da teoria de Émile Durkheim para compreender alguns aspectos do segundo turno das eleições presidenciais brasileiras de 2018. Para tanto, partimos da ideia das categorias e representações coletivas como mediações socialmente construídas de nossa relação com o mundo e, em seguida, indicamos as categorias de sagrado e profano como particularmente relevantes para o estabelecimento da estrutura e da dinâmica social. Ao final, procuramos indicar como essas noções basilares podem dialogar com a teoria da ação e a sociologia compreensiva de Weber, resultando na proposta de uma tipologia da escolha do voto, com o intuito de elucidar um fenômeno candente durante esse processo, qual seja, o do espanto diante de escolha radicalmente oposta por parte de pessoas próximas.

Palavras-Chave: Émile Durkheim. Teoria da ação. Eleições brasileiras. Sagrado e profano.

Abstract

The challenge posed by this dossier about the actuality of classics in social sciences encouraged us to write a collective essay in which we articulate fundamental concepts from Émile Durkheim's theory to understand some aspects of the second turn of 2018 Brazilian presidential elections. To achieve it, we start from the idea of categories and collective representations as socially constructed mediations of our relationship with the world, and then, we indicate the sacred and profane categories as particularly relevant to the establishment of social structure and dynamic. In the end, we intend to indicate how our basic notions can dialogue with Weber's theory of action and comprehensive sociology, resulting on the proposition of a typology of vote choice, in the hopes of elucidating a candent phenomenon along this process, which is, the shock before a radically opposite choice made by close people.

Keywords: Émile Durkheim. Theory of action. Brazilian elections. Sacred and profane.

Introdução

O estatuto dos autores clássicos para o campo das ciências sociais tem sido debatido a partir de diferentes pontos de vista, e a proposição do presente dossiê constitui ocasião privilegiada para retomar uma questão muito bem formulada por Jeffrey Alexander no final da década de 1980. Em seu artigo *The Centrality of Classics*, redigido para uma coletânea organizada por Anthony Giddens e Jonathan Turner, o sociólogo estadunidense operou uma das mais contundentes defesas sobre a importância dos clássicos para a sociologia, sustentando uma posição capaz de construir um distanciamento crítico frente a dois posicionamentos distintos que, mesmo por caminhos contrários, representariam formas problemáticas de conceber os clássicos.

Para Alexander, o empirismo, mesmo em versão pós-positivista, não deixa lugar para a metateoria, e concebe a teoria apenas como uma explicação construída diretamente a partir dos dados empíricos (ALEXANDER, 1987, p. 22). Para os representantes dessa vertente, os clássicos seriam apenas grandes pesquisadores, capazes de construir explicações exemplares a partir dos dados e ferramentas metodológicas disponíveis à época; eles não seriam, portanto, grandes teóricos, razão pela qual o estudo minucioso de seu pensamento não seria de grande utilidade para a sociologia contemporânea. Do ponto de vista da abordagem humanista protagonizada por Quentin Skinner, por outro lado, os clássicos são tomados como objetos privilegiados de investigação, mas o problema fundamental residiria no pressuposto segundo o qual a reconstrução histórica minuciosa seria capaz de revelar ao intérprete aquilo que o autor clássico *realmente* queria dizer. O problema dessa abordagem é que ela seria tanto falaciosa quanto relativamente inútil para a sociologia contemporânea.

Para Alexander, toda teoria é também um texto e, assim como nas criações literárias, o texto comporta um sentido que escapa à intencionalidade consciente de seu autor. A teoria não é, portanto, o resultado direto daquilo que foi pensado por seu autor, ela goza de autonomia, e seu valor para a sociologia contemporânea seria proveniente de nossa capacidade de *interpretá-las*, supondo uma leitura a partir de nossas próprias inquietações. Trocando em miúdos, a verdadeira importância de uma teoria residiria naquilo que ela é capaz de dizer a seu intérprete. No caso dos autores clássicos, para além de serem necessários ao estabelecimento de um vocabulário e de um conjunto de argumentos que permitem a comunicação dentro de uma área, até mesmo entre pontos de vista contrários, sua importância se daria também em virtude de sua capacidade extraordinária de formular uma narrativa sobre o mundo social e as dimensões importantes a serem consideradas em uma análise sociológica.

Em linhas gerais, tal visão sobre o papel dos clássicos é a espinha dorsal do trabalho que resultou neste texto. Em nosso grupo de pesquisa, as atividades se dividem em quatro linhas de investigação autônomas¹¹⁶, mas sempre abertas ao diálogo, de modo a permitir a construção de novas interpretações voltadas à compreensão do presente. No decorrer dos últimos dois anos, nossos estudos da obra durkheimiana foram cada vez mais orientados na direção de elaborar quadros interpretativos que nos permitissem pensar o contexto político brasileiro recente. A bagagem conceitual e empírica acumulada paulatinamente foi se mostrando particularmente relevante para trazer elementos para a explicação do pleito presidencial brasileiro de 2018, em particular no segundo turno. Este artigo é resultado do debate e do esforço coletivo em recuperar conceitos oriundos da teoria durkheimiana, em alguns momentos também cruzados com a teoria da ação weberiana, com o intuito de elaborar quadros interpretativos sobre fatores sociais relevantes na escolha do voto.

O processo de eleição presidencial pode ser considerado um dos principais momentos rituais de uma democracia. Ao menos idealmente, as regras e processos

¹¹⁶ O grupo de pesquisa é o Centro Brasileiro de Estudos Durkheimianos, composto por quatro linhas de investigação: análise histórica, sociologia da sociologia, meta teoria e atualização teórico empírica.

nele envolvidos deveriam servir não apenas ao propósito de viabilizar a escolha do novo líder do poder executivo, mas também de fortalecer a democracia como um valor compartilhado por um povo, com práticas que permitam exercitar o respeito à diferença, o debate público, a crença nas cláusulas pétreas da Constituição, etc. É também, contudo, o momento de explicitação de diferenças, do refazimento de alianças, de colocar na cena pública pressupostos tácitos e mesmo de condensar em jargões ou palavras de ordem valores que no cotidiano ordinário permanecem dispersos e desimportantes.

As diferentes teorias democráticas podem aproximar-se mais ou menos desses princípios, mas, em todo caso, ao menos nas teorias modernas, há sempre o pressuposto da democracia como regime institucionalmente capaz de resistir aos dissensos e conflitos inerentes à vida social, e o rito eleitoral deve ser desenhado de modo a suportar o impacto das forças postas em movimento nesse processo. A realidade, todavia, é sempre mais complexa frente a fria letra da doutrina, trazendo desafios de várias ordens a serem tematizados tanto pelas teorias normativas quanto pelas teorias explicativas.

A eleição presidencial brasileira de 2018 não fugiu à regra, suscitando polêmicas e angústias interpretativas de várias ordens. A característica a ser tomada como ponto central deste ensaio é o tensionamento profundo entre os eleitores durante o segundo turno, com a ruptura de relações, chegando à iminência da dissolução do laço social, o que nos aproximou de uma conjuntura na qual não há um princípio dialógico de sustentação para articular o dissenso e a diferença.

Nosso esforço, aqui, é o de trazer elementos que permitam pensar processos subjacentes à escolha do voto, a partir de dois eixos centrais. No primeiro, o foco recai sobre a noção de *categoria*, com o intuito de mostrar por quais razões o engajamento eleitoral de alguém muito próximo em uma direção oposta à minha pode aparecer a mim como absurdo, repulsivo ou inexplicável e vice-versa. Trata-se de tentar explicar o que há por trás do sentimento de perplexidade experimentado por muitos cidadãos brasileiros e que operou como catalisador de rupturas. No segundo eixo, buscamos construir uma tipologia dos motivos -

conscientes e não conscientes - para a escolha do voto, partindo da ideia da tipologia da ação proposta por Max Weber, reconstruída a partir da teoria moral durkheimiana.

Entre pontos de exclamação e interrogação: o complexo quadro do segundo turno das eleições presidenciais

As eleições presidenciais brasileiras de 2018 ocorreram em dois turnos, o primeiro em 07 de outubro e o segundo em 28 de outubro. Nas pesquisas de intenção de votos anteriores à campanha eleitoral, Luis Inácio Lula da Silva, do PT, aparecia em primeiro lugar, enquanto Jair Bolsonaro, do PSL, figurava como segundo colocado¹¹⁷. Diante da decisão da Justiça Eleitoral de indeferir a candidatura de Lula¹¹⁸, Fernando Haddad assumiu como candidato pelo PT, tendo como candidata a vice Manuela D`Ávila, do PCdoB. Durante todo o período de campanha ao primeiro turno, Jair Bolsonaro manteve-se à frente na disputa, mas também era o candidato com maior rejeição às vésperas da eleição e, logo após, vinha Fernando Haddad, em segundo lugar também nas intenções de voto¹¹⁹. Ainda com relação a Jair Bolsonaro, merece destaque o movimento “#EleNão”, caracterizado como um movimento não-partidário liderado por mulheres, que ressaltou a ameaça aos Direitos Humanos - em particular às mulheres e às minorias raciais e sexuais - representada pelo candidato do PSL, em virtude de seu posicionamento situado à extrema direita no espectro moral. O conjunto de

¹¹⁷ Veja-se material com pesquisa do Instituto Datafolha divulgada em 22 de Agosto de 2018: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/08/22/pesquisa-datafolha-lula-39-bolsonaro-19-marina-8-alckmin-6-ciro-5.ghtml>>. Acesso em: jan. 2019.

¹¹⁸ No site do Tribunal Superior Eleitoral é possível acompanhar todos os detalhes da decisão: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Setembro/tse-indefere-pedido-de-registro-de-candidatura-de-lula-a-presidencia-da-republica>>. Acesso em: jan. 2019.

¹¹⁹ Em pesquisa Ibope divulgada pelo site de notícias UOL em 06 de Outubro, o candidato Jair Bolsonaro liderava os índices de rejeição durante toda a campanha do primeiro turno, seguido sempre por Fernando Haddad, cuja rejeição teve aumento significativo nas duas últimas semanas; entre as mulheres, Jair Bolsonaro atingiu uma rejeição de 52%, enquanto o índice de Haddad era de 26%: <<https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/10/06/ultima-pesquisa-ibope-do-1-turno-bolsonaro-haddad-ciro.htm>>. Já na última pesquisa realizada antes da votação para o segundo turno, Fernando Haddad atinge um índice de rejeição de 44%, contra 39% do candidato do PSL: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/27/ibope-para-presidente-votos-validos-bolsonaro-54-haddad-46.ghtml>>. Acesso em: jan. 2019.

manifestações de rua organizadas pelo grupo Mulheres Unidas Contra Bolsonaro (MUCB)¹²⁰ ocorrido pouco mais de uma semana antes do primeiro turno, foi considerado pela imprensa como a maior manifestação de mulheres em toda a história do Brasil, tendo mobilizado pessoas de diferentes classes sociais e de diferentes pertencimentos político-partidários, em 114 cidades, inclusive fora do Brasil, como Paris, Nova Iorque, Lisboa e Londres¹²¹.

Esses dados já seriam suficientes como indicador da polarização eleitoral, afinal, os dois candidatos que seguiram para o segundo turno foram justamente aqueles com maior rejeição por parte do eleitor. Ao final do segundo turno, Jair Bolsonaro obteve 41% do total de eleitores (147.306.294 votos); outros 33% votaram em Haddad; 7% votaram nulo, e 10% não compareceram às urnas para votar, o que garantiu ao candidato do PSL uma vitória com 55,13% de votos válidos. Em relação a isso, o que mais nos interessa aqui é o fenômeno empírico por trás dessa polarização, com nuances que certamente ainda levarão um tempo considerável para ser melhor documentadas e compreendidas. Sem adentrar em detalhes, o fato mais notório do ponto de vista das relações sociais foi a expressa dificuldade de instituir um debate entre pessoas com opiniões contrárias. Por todo o lado escutava-se histórias de rompimentos de relações familiares e de amizade em função deste pleito. Ainda que seja necessária a realização de pesquisas empíricas a esse respeito, tal fato foi amplamente noticiado na imprensa¹²², inclusive resultando em reportagens voltadas a orientar pessoas a como reconstruírem os laços desfeitos¹²³.

¹²⁰ Até o início de janeiro de 2019, o grupo Mulheres Unidas Contra Bolsonaro conta com a participação de mais de três milhões de mulheres na rede social Facebook.

¹²¹ Na reportagem do site de notícias da rede britânica BBC, encontramos informações detalhadas sobre as manifestações: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45700013>>. Acesso em: jan. 2019.

¹²² A esse respeito, ver notícias tais como: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45987863>>; <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-guerra-nas-familias-durante-as-eleicoes>>; <<https://jovempan.uol.com.br/programas/jornal-da-manha/eleicoes-geram-briga-ate-mesmo-em-grupos-de-familia-no-whatsapp.html>>; <<https://veja.abril.com.br/politica/clima-de-eleicoes-leva-desavenca-entre-amigos-e-familias/>>. Acesso em: jan. 2019.

¹²³ “Famílias se reconciliam depois das brigas causadas pelas eleições” <<https://extra.globo.com/noticias/brasil/familias-se-reconciliam-depois-das-brigas-causadas-pelas-eleicoes-23196110.html>>; “Como se reconciliar com a família e os amigos após as eleições?” <<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2018/10/como-se-reconciliar-com-a-familia-e-os-amigos-apos-as-eleicoes.shtml>>; “A Folha incentivou a paz nas famílias, mas o pessoal não tá

Apenas a título de exemplo, consideramos pertinente mencionar uma atividade realizada por discentes do curso de ciências sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no contexto de uma disciplina dedicada ao estudo da sociologia clássica, que reaparecerá algumas vezes no decorrer deste texto. A orientação básica dada aos discentes era a de escolher um assunto que considerassem polêmico e convidar para a atividade alguém que soubessem, *a priori*, possuir uma visão diferente da sua. Cada aluno e aluna e seu convidado ou convidada deveriam fazer cinco perguntas uns aos outros, e as respostas deveriam ser escutadas sem interrupção. No momento subsequente, deveriam produzir um relatório descrevendo aquilo que a experiência lhes provocou, bem como mobilizar conceitos da teoria durkheimiana para tentar construir uma explicação da experiência vivida.

Boa parte dos discentes optou em fazer a entrevista tendo como tema o processo eleitoral, indagando diretamente sobre a escolha do candidato, ou sobre temas em alguma medida debatidos durante as eleições, tais como aborto e liberação do porte de armas. Nos relatos trazidos pelos discentes que optaram por essa temática, alguns pontos chamaram particularmente nossa atenção e, em larga medida, serviram como motivação para a redação do presente ensaio. Para a maioria dos estudantes, o principal desafio do exercício foi o de escutar a posição contrária sem poder intervir com discordâncias, argumentos e explicações. O confronto com a diferença, segundo muitos, desencadeou emoções fortes e chegou mesmo a provocar sintomas sentidos no corpo.

Em segundo lugar, em quase todos os relatórios houve a narrativa de uma espécie de “descoberta” sobre a capacidade do *outro* de construir respostas e mesmo perguntas coerentes. Embora todos afirmassem não terem alterado sua posição inicial, a grande maioria mencionou o fato de que não apenas perguntar, mas também ser perguntado, permitiu-lhes compreender melhor o modo como seu interlocutor formulava e sustentava sua visão sobre os candidatos em questão ou os valores que eles representavam. Tornou-se bastante patente que a argumentação divergente é portadora de uma racionalidade específica, cuja compreensão

muito na vibe”, 28.10.18 <<https://www.buzzfeed.com/florapaul/briga-familia-eleicoes>>. Acesso em: jan. 2019.

compete ao cientista social, ainda que, no âmbito das convicções pessoais, este possa discordar dos fundamentos que sustentam a retórica do entrevistado.

Em suma, o fenômeno empírico em torno do qual este texto orbita é o que podemos caracterizar como *o espanto dos sujeitos diante da adesão de pessoas próximas a posições que encarnam o radicalmente outro de sua própria posição*. As seções seguintes são dedicadas à elaboração teórica de conceitos e ideias importantes para a compreensão desse fenômeno, o espanto, bem como do conjunto de motivações possíveis à base da escolha dos candidatos. Inicialmente, trataremos do conceito de categorias como forma de enquadramento do mundo, com particular enfoque, na seção seguinte, nas categorias de sagrado e profano e discutindo o papel das redes sociais e das *fake news* na estruturação da visão de mundo. Em um momento subsequente nos aproximamos da construção de uma tipologia da escolha do voto, articulando elementos weberianos e durkheimianos, procurando aplicá-los para a análise de um caso exemplar. Ao final, procuramos tecer nossas considerações finais acerca de como a sociologia clássica se mostra fundamental para pensar fenômenos contemporâneos, indicando caminhos possíveis para compreender as eleições presidenciais de 2018.

A angústia frente ao caos: a necessidade de categorizar o mundo

No decorrer de toda a história da filosofia, encontramos numerosas tentativas de formular categorias que melhor deem conta de organizar a realidade, seja para encontrar uma unidade de todas as coisas da natureza - lembre-se que o primeiro filósofo da Grécia Antiga, Thales de Mileto, foi justamente aquele que pela primeira vez se colocou a pergunta sobre o princípio (*ápeiron*) de todas as coisas; seja para reconhecer semelhanças entre um conjunto de coisas mediante o estabelecimento dos princípios de identidade e de diferença entre eles. Mesmo antes da constituição da filosofia ocidental, é possível encontrar uma série de narrativas mitopoéticas (cosmogônicas e teogônicas) voltadas a esse mesmo esforço de estabelecer princípios capazes de sustentar e organizar, seja um regime de

classificação de objetos no mundo, seja um conjunto de orientações significativas e práticas em relação a eles.

Em Kant, a reflexão sobre as categorias adquire um novo estatuto, eminentemente transcendental (1997: B75-169). As categorias são elevadas à condição de "estruturas" formais do entendimento, dadas, *a priori*, capazes de estabelecer conexões necessárias entre os fenômenos e, assim, assegurar a possibilidade da ciência tomada enquanto forma de conhecimento capaz de apreender as leis da natureza. A ponderação do filósofo de Königsberg é, todavia, a de que o conhecimento humano, estruturado e limitado dessa forma, só permite conhecer as coisas tais quais elas aparecem para nós, isto é, as coisas tomadas enquanto fenômenos, e não as coisas "em si mesmas". Essa premissa foi desenvolvida em diferentes direções, com consequências importantes para numerosos campos do conhecimento.

As categorias na teoria durkheimiana

No âmbito da escola durkheimiana, o argumento kantiano é apropriado e reelaborado pela mediação da influência de Charles Renouvier (JONES, 1995; JONES, 2001 e 2006) e resulta em uma teoria que pode ser resumida, de forma bastante simplificada, do seguinte modo: as categorias estruturam a forma como percebemos o mundo, isto é, são enquadramentos que nos fazem perceber algumas coisas e ignorar outras; a realidade passível de apreensão pelo ser humano é apenas aquela dada pela mediação das categorias (DURKHEIM e MAUSS, 1903; GOMES NETO, 2018). Ao contrário de Kant, para Durkheim essas categorias não possuem caráter puramente lógico, mas sócio-histórico; não são dadas enquanto formas, *a priori*, de uma consciência transcendental, mas como artifícios intelectuais construídos no interior de agrupamentos sociais a fim de organizar a comunicação simbólica e intercâmbio representacional entre os homens; são, ao fim e ao cabo, representações coletivas, embora de um tipo especial, responsáveis pela organização de todas as demais representações.

A famosa tese durkheimiana sobre o caráter social das categorias tem por base um argumento que fora desenvolvido pela primeira vez em 1903, em um texto redigido em parceria com Marcel Mauss e publicado sob o título *Algumas Formas Primitivas de Classificação*. Nesse texto, Durkheim e Mauss baseiam-se em um conjunto de estudos etnográficos a fim de mostrar como os quadros classificatórios empregados por diversas culturas seguiam de perto o seu modo de estruturação da vida social. Como se a organização dos objetos materiais e simbólicos em grupos homogêneos ou classes fosse, na verdade, uma espécie de extensão ou decalque do modo de organização social.

Segundo Durkheim e Mauss, é provável que os seres humanos nunca tivessem organizado os seres em gêneros e espécies se eles mesmos, enquanto seres humanos, não tivessem, em primeiro lugar, organizado-se em grupos homogêneos ou famílias, cujos laços de identificação e simpatia serviram de modelo primeiro para que o espírito pudesse projetar no mundo categorizações capazes de equacionar determinados regimes de identidade e diferença. Ora, se a classificação de objetos e, portanto, a organização de nossas representações, apresentava caráter social, então, dizia Durkheim, as Categorias, isto é, aquelas noções mais fundamentais na hierarquia dos conceitos, também poderiam ser tomadas como possuindo um caráter social. Ao menos, essa parecia ser uma hipótese digna de investigação.

Uma leitura possível em relação ao legado durkheimiano, nesse contexto, pode ser a seguinte: se as categorias, de forma mais rígida, e as representações coletivas, de forma um pouco mais flexível, são mediações estruturantes de nossa percepção da realidade, e se ambas são constituídas socialmente, isto é, a partir de interações sociais de coletividades mais ou menos abrangentes, cujas criações perduram no tempo, então podemos afirmar que a possibilidade de percepção da realidade é sempre (ou quase sempre) mediada, permanecendo atrelada ao conjunto de categorias e representações partilhadas pela coletividade da qual o sujeito faz parte.

Em sociedades plurais como a nossa, um mesmo território nacional é povoado por coletividades muito diversas. Se podemos supor alguma hegemonia em

relação às categorias mais basilares, como um tempo lógico baseado na existência de passado, presente e futuro, ou divisões espaciais como acima e abaixo, esquerda e direita, o mesmo não se dá com relação às representações sociais e ao *conteúdo* de certas categorias de caráter moral, como as de sagrado e profano, detalhadas mais à frente e centrais para a construção de nossa tipologia. Temos, portanto, que em um mesmo território existem múltiplas representações coletivas, muitas delas contraditórias ou conflitantes. Elas produzem algum consenso - moral e cognitivo - entre os sujeitos que partilham representações idênticas ou semelhantes, mas divergência entre aqueles orientados por outros esquemas mentais e afetivos. *Não vemos o mundo da mesma forma*, e isso não se dá apenas em virtude de diferentes experiências mas, sobretudo, pela *diferença dos esquemas internos que estabelecem a mediação com a experiência*.

Sociedade do espetáculo, mídias digitais e *fake news*

Quando consideramos um cenário eleitoral, como no caso do fenômeno sobre o qual nos debruçamos, isso quer dizer que a escolha pelo candidato A ou B não se dá apenas pelas convicções prévias que trazemos conosco ou pela diferença de informações às quais somos submetidos: a realidade percebida por mim não necessariamente é percebida pelo outro; somos afetados de maneiras distintas pelos mesmos objetos. Isso nos conduz a pensar, por exemplo, que um dos fenômenos explicativos por trás do último processo eleitoral é o fato de que nem todos os eleitores partilharam as mesmas noções de verdade. Não houve - e continua a não haver - consenso básico sequer sobre o que é verossímil, plausível, confiável. Diante disso, é crucial levar em consideração o papel cada vez mais fundamental que a mídia vem exercendo em nossas vidas - tanto na construção da nossa visão de realidade quanto na forma mediante a qual interagimos com ela, de modo a pensar nas consequências dos meios de comunicação de massa e dos novos desafios trazidos pelas mídias digitais, inclusive pelo fenômeno das chamadas *fake news*.

Em seu livro *A Sociedade do Espetáculo*, Guy Debord (2002) faz uma análise crítica sobre a mídia de massa, argumentando que a realidade em si é transposta para uma mera representação. O espetáculo midiático, segundo o autor, não é simplesmente um apanhado de imagens, mas sim uma relação social mediada por imagens. O *espetáculo*, portanto, não pode ser compreendido apenas como um engodo visual produzido pela tecnologia midiática, mas precisa ser analisado como uma visão de mundo materializada, permeadas por seus próprios valores morais e relações de poder inerentes.

No cenário político atual, portanto, observamos não somente por meio dos veículos tradicionais de mídia, mas principalmente por meio das mídias digitais, um fenômeno particular: a disseminação de desinformação e notícias falsas, a veiculação de informações polarizadas e tendenciosas, além da proliferação de uma retórica extremista, de uma antagonização de pontos de vista e de opiniões que transitavam entre a intransigência e o discurso de ódio. Em análise recente (MIHAILIDIS e VIOTTY, 2016), tem-se discutido como, na era da internet, o espetáculo midiático tornou-se um fenômeno mais difuso, imprevisível, variável e contestável.

Além disso, o que define tal fenômeno midiático na era da cultura digital é que, no âmbito de comunidades *online* formadas por pessoas com pensamentos e opiniões semelhantes, é possível criar, inflamar e disseminar o *espetáculo* por meio de pouca ou nenhuma relação com as mídias tradicionais. Em referência ao trabalho de Kellner (2009), Mihailidis e Viotty (2016) pontuam ainda que a proliferação do *espetáculo* entres os usuários das mídias digitais é singular em sua origem e perpetuação, bem como é resultado de um público descrente das mídias tradicionais, cada vez mais polarizado, que passa uma quantidade crescente de tempo em comunidades nas quais visões contrárias são poucas e passíveis de ser “bloqueadas”, “silenciadas” e deixadas de ser “seguidas”.

Esse novo contexto torna-se particularmente decisivo em virtude da dificuldade de estabelecer filtros que permitam estabelecer critérios mínimos de validação empírica das informações que circulam nesse novo contexto. O poder de disseminação de desinformação e *fake news* em comunidades e grupos *online* deve-

se ao fato de que aplicativos de mensagem e mídias sociais compõem um ecossistema no qual indivíduos, em seus *smartphones*, enviam e recebem de familiares, amigos, colegas e conhecidos mensagens e postagens com trechos de notícias, informações e entretenimento diversas vezes ao longo do dia, em tempo real. Além disto, estas estruturas permitem que indivíduos com ideias semelhantes possam se reunir em grupos *online* em apoio (ou aversão) a uma ideia, candidato, partido político, teoria ou conspiração com um propósito comum (JENKINS *et al*, 2013).

Segundo Mihailidis e Viotty (2016), para que o espetáculo ganhe força, é necessário um espaço de significado compartilhado, no qual narrativas reforcem os valores principais compartilhados pela comunidade. Se o conteúdo compartilhado não tiver substrato a partir do qual os indivíduos possam extrair significado no que diz respeito às sua identidade e relações sociais, ele terá pouco poder de alcance e não será popular, tendo pouco impacto (JENKINS *et al*, 2013). Além disto, o espetáculo que “viraliza” e tem alto alcance não surge somente a partir de uma estrutura coordenada de comunidades interconectadas com o objetivo de disseminar desinformação e notícias falsas; para tanto, é necessário também o planejamento do conteúdo das mensagens ou postagens, legitimadas a partir da apropriação de narrativas, temas e iconografias culturais de modo a expressar visões e afetar grupamentos diversos. Trata-se, portanto, da possibilidade de manipulação profissional e planejada de esferas que supostamente operam de forma espontânea e baseada na escolha dos sujeitos.

Com isso, temos um fenômeno sem precedentes: a formação de comunidades baseadas em afinidades, sem uma base territorial definida, que exclui a diferença e, portanto, a necessidade de diálogo que, ademais, pode ser “alimentada” estrategicamente por instâncias de poder que detém os meios técnicos e financeiros para fazê-lo. Essa alimentação pode se dar tanto por meio de ideias e fatos recortados, como pela disseminação de notícias e argumentos falsos. A notícia falsa sobre a existência de um “kit gay”¹²⁴, compartilhada em correntes

¹²⁴ Como informou o site de *fact-checking*, Aos Fatos: “Não é verdade que o candidato à Presidência pelo PT, Fernando Haddad, é o criador do kit gay para crianças de 6 anos”, como têm alardeado imagem, vídeo e corrente que passaram a circular com mais força no WhatsApp e no Facebook após

pelo *WhatsApp*, posts no *Facebook* e inclusive em jornais televisivos e outras mídias de massa, é um exemplo de como o espetáculo na cultura digital apropria e distorce narrativas como meio para disseminar, escalar e manter uma ideologia. A insurgência do fenômeno das *fake news*, desta forma, tem impacto tanto na credibilidade percebida pela população dos nossos sistemas midiáticos quanto da democracia em geral (MIHAILIDIS e VIOTTY, 2016). Esse fenômeno contemporâneo tem transformado radicalmente o modo de produção de representações coletivas e, talvez, até mesmo de categorias, cujas consequências começam a ser investigadas a partir de diferentes perspectivas (CASTELLS, 2007) e, sem dúvida, ainda merecem aprofundamento teórico e empírico a partir de uma perspectiva durkheimiana.

Sagrado e profano

As categorias, como vimos, são tipos especiais de representações coletivas, cujo papel é o de atuar como enquadramentos prévios a partir dos quais vemos e organizamos o mundo. Ainda seguindo Durkheim (1912), a primeira forma de organização se dá a partir de categorias binárias e, dentre estas, há um par cujo papel é vital na estruturação da vida social, qual seja, a dualidade entre sagrado e profano. Em termos mais explícitos, tais categorias são mobilizadas inicialmente para explicar a constituição e a dinâmica específicas da vida religiosa, mas um olhar mais atento mostra como, na economia geral da teoria durkheimiana, elas constituem o nó górdio de toda vida coletiva (ROSATI e WEISS, 2015).

Isso ocorre, sobretudo, em virtude de dois fatores diretamente interconectados. Primeiramente, essa distinção opera como princípio ordenador básico, que coloca em uma categoria à parte tudo aquilo que goza de um estatuto especial para os membros do grupo. Afinal, tudo o que é considerado sagrado é protegido por uma espécie de interdição, capaz de garantir-lhe maior impermeabilidade às mudanças transcorridas na vida coletiva, bem como cria um invólucro que lhe torna mais resistente a críticas ou violações de qualquer ordem.

a definição do segundo turno das eleições no último domingo (7).” Disponível em: <<https://aosfatos.org/noticias/e-falso-que-haddad-criou-kit-gay-para-criancas-de-seis-anos>>. Acesso em: jan. 2019.

O profano, por sua vez, refere-se à dimensão ordinária e corriqueira da existência; diz respeito àquilo tomado como contingente por um grupo: as transformações ocorridas no campo das coisas profanas podem até gerar algum transtorno momentâneo, mas ocorrem com alguma frequência sem que o grupo se sinta ofendido em sua alma.

O segundo fator que torna essa dualidade tão relevante concerne à sua vinculação com a concepção de Durkheim sobre a vida moral, isto é, ao conjunto de regras e valores que estabelecem diretrizes para a ação humana, permitindo atribuir a elas juízos de valor. A moral, para este autor, pertence ao conjunto de coisas sagradas para um grupo, pois os princípios fundamentais que a sustentam - os ideais morais - são concebidos por ele como ideias sagradas, como representações sobre o que é o Bem, por isso as ações conforme tais ideias são consideradas boas, enquanto aquelas divergentes são julgadas como más.

Tanto no caso das coisas consideradas boas como más, estamos no registro daquilo que é sagrado, pois a referência se constrói em relação a um princípio moral, e tudo que é moral é considerado sagrado. Para pensar essa diferenciação, é preciso trazer aqui uma distinção interna ao conceito de sagrado, que institui uma nova dualidade, entre o sagrado fasto e o sagrado nefasto (DURKHEIM, 1912; PICKERING, 2009; WEISS, 2013). O sagrado fasto corresponde a tudo aquilo que é bom e desejado, cuja autoridade é revestida de uma conotação positiva e indica o caminho certo a seguir. O sagrado nefasto, por sua vez, representa o Mal, o que precisa ser evitado a todo custo, que gera temor, repulsa e medo. Em um caso como no outro, estamos diante de características em relação às quais as pessoas não podem ou não conseguem ficar indiferentes, que não podem tocar impunemente, do mesmo modo que os dois registros não podem ser misturados ainda que, do ponto de vista lógico, um não possa existir sem o outro.

O profano, por sua vez, seria aquilo que não é nem moral nem imoral, mas moralmente indiferente. Não impõe nenhum constrangimento rígido à ação, está aberto à negociação, e também deve ser mantido separado daquilo que é sagrado, tanto em sua versão fasto quanto nefasto. Quando pensado do ponto de vista da teoria moral, o profano diz respeito às questões de natureza pragmática e utilitária

- lembrando que, para Durkheim, o cálculo utilitário não poderia fundar qualquer moral, pois tal princípio não seria fundado em um ideal socialmente construído e teria como fundamento o próprio egoísmo.

O papel da efervescência coletiva

É em *As Formas Elementares da Vida Religiosa* que Durkheim nos oferece alguns dos mais importantes elementos para pensar a constituição da vida social, uma vez que o sociólogo concebe os fenômenos religiosos como uma primeira instância de compartilhamento das representações coletivas, isto é, da difusão de conceitos e categorias necessários à coordenação das práticas sociais. Uma importante problemática investigada por Durkheim nessa obra diz respeito a certa transmutação sobre-humana proporcionada pelos estados de excitação coletiva, fenômenos a que o sociólogo denomina por *efervescência* e que permitiriam acessar uma dimensão extraordinária - o *sagrado* - em oposição às circunstâncias cujos objetos possuem uma natureza ordinária em si mesmas - *profanas*.

Portanto, essa estrutura nuclear da vida social tem sua origem primeira em processos coletivos suficientemente intensos, capazes de engendrar momentos de efervescência, e Durkheim conclui que eles, mais do que expressão de um estado extra social, constituem a quintessência da própria manifestação da força da vida social. Além disso, a efervescência exprime a preponderância de uma mentalidade coletiva sobre a particularidade da mentalidade individual, de modo que aquilo que é importante para o grupo passa a delimitar o universo daquilo que é importante para o sujeito. As festas, encontros e rituais, neste sentido, se mostram como momentos propícios à sensação de efervescência na medida em que materializam e atualizam a própria constituição da sociedade.

O efeito de comunhão baseado no testemunho de uma dada crença mediante a experiência direta dos demais participantes tem como efeito direto o reforço da realidade daquela mesma crença no interior de cada indivíduo que participa de uma situação ritualizada - compreendendo rito aqui em seu caráter procedimental social genérico em detrimento de uma concepção restrita às atividades

estritamente religiosas. Não por acaso, Durkheim (1895) observa que o indivíduo, quando se encontra no interior de uma coletividade específica, é capaz de agir de uma maneira diametralmente oposta a um contexto em que se encontrasse isolado - o que pode ser observado, por exemplo, nos casos de linchamento.

No caso das sociedades complexas, marcadas pela existência de uma pluralidade de grupos, há também uma grande multiplicidade de núcleos de produção de efervescência e, portanto, de valores tornados sagrados. Em um contexto de eleição presidencial, que envolve a participação de um país inteiro, em particular no caso da existência de um segundo turno, os indivíduos pertencentes aos diferentes grupos, com seus diferentes sagrados, acabam se articulando em torno de duas opções possíveis. Se pensamos no processo eleitoral como um momento de efervescência, e se considerarmos que as novas mídias e redes sociais viabilizam a produção de grandes coletividades virtuais orientadas a favor ou contra os candidatos em questão, podemos arriscar dizer que esse momento não apenas traduz crenças que já circulam entre a população, mas tem a prerrogativa de reforçá-las ou, até mesmo, de criar crenças e novos sagrados.

O que está por trás do voto: tipos ideais

Os conceitos e argumentos mobilizados até aqui trazem elementos para pensar o impacto de dinâmicas sociais específicas - e de seus produtos - sobre a vida dos seres humanos. Conquanto a sociologia durkheimiana tradicionalmente seja voltada à investigação dos fatos sociais em si mesmos, defendemos aqui que tal teoria pode ser mobilizada de forma bastante pertinente para pensar a ação social, promovendo, assim, uma aproximação com Max Weber, pensando a escolha do voto como uma ação social¹²⁵. Em termos sucintos, trata-se de uma aproximação ainda rudimentar, que toma os tipos ideais de ação como tipologia primária a partir

¹²⁵ Nossa intenção aqui é oferecer, a partir de um diálogo entre as teorias de Durkheim e de Weber, uma chave explicativa sociológica para as escolhas eleitorais dos brasileiros. Foge ao escopo deste texto oferecer uma revisão bibliográfica sobre os determinantes do voto, dada a extensão de tal literatura na ciência política, ainda que haja um diálogo tácito com tipologias explicativas do comportamento eleitoral compiladas por Zepeda e Franco (2011).

da qual se constrói, como desdobramento, uma tipologia do voto que mobiliza conceitos durkheimianos.

O voto como ação social: diálogo com a teoria weberiana

Em termos weberianos, é possível compreender a participação em um processo eleitoral e o voto em um candidato como formas de ação social, uma vez que satisfazem os dois requisitos classificatórios propostos por Weber (2002): constitui-se, em primeiro lugar, como uma *ação* na medida em que se trata de uma conduta humana dotada de um sentido subjetivo, e, em segundo lugar, como uma *ação social* ao ser uma ação referida a outros. Vale ressaltar que essa classificação não depende do tipo de valor subjetivo pertencente à ação, ou seja, participar do processo eleitoral é caracterizado como uma ação social independentemente do sentido subjetivo ser positivo ou negativo; o central é existir qualquer tipo de *sentido* e ser *referido a outros atores*.

A questão específica das diversas formas de motivação das ações sociais é tratada pelo autor a partir da formulação de quatro tipos ideais de ação. Cabe lembrar que esse modelo não se apresenta empiricamente de maneira precisa e distinta, uma vez que são conceituações típico-ideais, podendo haver ações que se enquadrem em mais de um tipo de forma mais difusa. Em sua formulação básica, Weber divide inicialmente as ações sociais entre racionais (em relação a fins e em relação a valores), e não-rationais (afetivas e tradicionais), tal como expostas por Weber (2002) no capítulo *Conceitos Sociológicos Fundamentais* do livro *Economia e Sociedade*.

A ação racional com relação a fins, também chamada de ação teleológica, diz respeito a uma ponderação racional em torno das consequências, meios e, propriamente, os fins de uma ação. Ainda que não fosse o termo utilizado por Weber, pode-se compreender essa ação como uma forma utilitarista de agir, em que há um *cálculo estritamente racional* em torno da conduta do ator que busca determinar qual o curso ideal para dado objetivo. A ação racional em relação a valores, ou ação axiológica, por seu turno, é definida por Weber como uma ação

social *independente do fim*. O central neste tipo de ação é a *representação de um valor* envolvido, dependendo de uma escolha consciente por segui-lo, se tratando, nesse sentido, de uma ação propriamente racional, ainda que não finalista. Dessa forma, o que orienta a ação do ator é seguir o valor expresso, seja em uma ética específica, em uma religião, independente de qualquer cálculo em torno das possíveis consequências dessa ação.

Os outros dois tipos de ação são consideradas por Weber como não-rationais: a ação afetiva e a ação tradicional. No primeiro caso, o “motor” da ação é a emoção ou o afeto, que não passa por uma representação cognitiva sobre as consequências possíveis ou os motivos de aquilo que é feito. Portanto, Weber considera que ela se encontra na “fronteira” do que considera como sentido, elemento diferencial da ação social. A ação tradicional também está no limiar da ação social, pois se caracteriza como uma reação a um *hábito* sem que se tenha uma consciência clara dos elementos envolvidos. Em uma generalização um tanto sumária, as ações racionais podem ser planejadas e justificadas pelos atores, *a priori*, pois há uma representação consciente dos atores acerca dos motivos da ação a ser realizada, enquanto as ações afetivas e tradicionais só podem ser analisadas e reconstruídas *a posteriori*.

Tipos ideais de voto e o caso da eleição presidencial de 2018

O conceito weberiano de tipo-ideal foi concebido enquanto ferramenta heurística capaz de auxiliar o pesquisador no processo de isolar certas características consideradas relevantes para a compreensão de determinado fenômeno. Portanto, pensar as ações sociais enquanto tipos ideais implica assumir que elas não se apresentam empiricamente de maneira pura, possibilitando que diversos tipos se inter cruzem em certa situação. Todavia, é preciso ressaltar que a construção de tipos ideais não precisa referir-se sempre a tipos *puros*, isto é, formas mais básicas de ação, mas se refere a uma forma de abordar o real que é construída a partir de elementos que o pesquisador considera relevantes para a compreensão de certos elementos da realidade, destacando aspectos e categorias

teoricamente pertinentes. É nesse sentido que não se trata de um tipo empírico, construído a partir de generalizações ou que procure expressar o real de forma direta e literal. Importa, sobretudo, a concepção teórica do autor acerca de quais elementos são sociologicamente relevantes para a construção de nexos compreensivos.

Nossa proposta aqui, portanto, é construir uma tipologia do voto que toma como ponto de partida os tipos puros de ação propostos por Weber, mas os recombina em uma espécie de *tipologia secundária*, baseada sobre elementos teóricos oriundos primordialmente da sociologia durkheimiana, sobretudo considerando os conceitos apresentados acima. A premissa teórica da qual partimos é a de que a ênfase excessiva na dimensão racional e consciente da ação representa uma limitação da teoria weberiana, resultando em uma tipologia pouco eficiente para compreender o campo propriamente moral. Não se trata de recusar o movimento analítico de Weber, de reduzir a ação a seus tipos mais puros, mas de pensar uma tipologia secundária, com a construção de tipos ideais que permitam contemplar melhor o processo de construção dos próprios valores que são representados conscientemente pelos sujeitos.

Nessa tipologia secundária que incorpora a teoria de Durkheim, em particular sua teoria moral, a divisão primária não se dá entre ações racionais e ações não-rationais, mas entre ações com motivações *profanas* e ações com motivações *sagradas*, mantendo o sentido desses conceitos tais como discutidos acima. O primeiro grupo abrange as formas de ação categorizadas como ação racional com relação a fins, ações tradicionais e ações puramente afetivas, enquanto o segundo grupo está mais próximo das ações axiológicas, mas que incorpora também elementos da ação afetiva, razão pela qual afirmamos tratar-se de uma tipologia secundária, que constrói tipos ideais de voto a partir de combinações entre os tipos ideais *puros* de ação propostos por Weber.

A distinção proposta por Durkheim entre sagrado e profano indica uma divisão entre as coisas ordinárias e as coisas extraordinárias que constituem a vida social e que organizam o mundo para os sujeitos e que é, ao mesmo tempo uma distinção entre coisas que podem ser comparadas e ponderadas, e aquelas que são

incomensuráveis. Trataremos inicialmente do primeiro conjunto, pensando três tipos ideais de votos por motivos profanos.

O primeiro tipo de voto faz alusão direta ao tipo puro de ação racional a fins, e que aqui chamaremos de *votos por motivos utilitários*. Aqui, a justificativa preponderante mobilizada pelo eleitor para escolher seu candidato - ou a escolha pelo voto nulo, branco ou pelo não comparecimento - é baseada na possibilidade de obtenção de maiores benefícios para si e para pessoas que lhe são importantes. Isto é, para esse ator típico ideal, a escolha é baseada em sua convicção de que a eleição de um candidato lhe trará maiores benefícios do que outro. Suponhamos, por exemplo, indivíduos que votaram em Jair Bolsonaro por acreditarem que a liberação da posse de armas poderia lhes trazer mais segurança, independentemente de haver o risco de aumento no número de mortes por acidentes. Ou então, indivíduos que votaram no candidato Fernando Haddad porque, segundo as informações de que dispunham, ele representaria a continuidade de programas sociais que lhes beneficiavam diretamente.

O que caracteriza uma escolha desse tipo é a possibilidade relativamente fácil de troca de candidato em virtude do surgimento de informações que permitam refazer o cálculo. Isto é, se os primeiros pudessem ser convencidos de que a proposta de Fernando Haddad sem dúvida traria uma solução melhor para o problema da segurança e se os segundos tivessem evidências cabais de que Jair Bolsonaro traria incrementos nas políticas sociais que pudessem lhes beneficiar mais diretamente, poderiam facilmente alterar suas escolhas. Chamamos a essas escolhas de *profanas de tipo utilitário* porque se referem à dimensão ordinária da existência, estão abertas à negociação, são mediadas por um cálculo e condicionadas a um contexto concreto e definido.

Cumpramos ressaltar, porém, que a explicação mais completa desse cenário, de uma perspectiva durkheimiana, pressuporia mapear os múltiplos fatores que podem operar como produtores e definidores das representações coletivas - conscientes e não conscientes - que intermediam o cálculo. Essa teoria também convoca a pensar sobre as implicações da ação instrumental - ou utilitária - ter se tornado um *valor moralmente aceito*. Formulado de modo simples, seria equivalente a dizer algo

como “a coisa moralmente correta a fazer é me preocupar com aquilo que trará maior bem-estar para mim e para minha família, a despeito de outras consequências”. Com isso, vemos que a ação com relação a fins e a ação com relação a valores podem se tornar quase indissociáveis no contexto de uma ética do egoísmo.

O voto “tradicional” também faz parte do conjunto de motivos profanos, em termos típicos ideais, quando a motivação operante tiver se dado fundamentalmente pela repetição de padrões previamente assimilados. Em termos durkheimianos, seria melhor caracterizada como uma escolha heterônoma, isto é, na qual está ausente qualquer grau de reflexividade, baseada na mera reprodução de um padrão incorporado anteriormente ou obediência a uma autoridade, sem que o ator seja capaz de formular uma justificativa própria para sua defesa de um candidato em detrimento de outro. Ainda que a tradição muitas vezes esteja associada com a dimensão do sagrado, colocamos este tipo de voto no âmbito do profano, para caracterizar as circunstâncias em que a tradição não se coloca de forma viva e atuante, configurando-se em uma tradição que sobrevive apenas pela repetição. Chamamos, portanto, de *voto profano de tipo heterônomo* aqueles em que os sujeitos apenas reproduzem um padrão previamente consolidado, de modo que a escolha do candidato A ou B não representa, em sua percepção, uma diferença significativa em termos de ganhos materiais ou concerne a algum valor sagrado. Podemos afirmar que esse tipo de voto é característico de indivíduos com baixo engajamento no processo eleitoral, com acesso restrito a informações da campanha - seja por escolha, seja por fatores alheios à sua vontade. Não podemos deixar de considerar que a participação em um processo eleitoral envolve fatores complexos de diversas ordens, de modo que a escolha de um candidato pode representar um desafio nada fácil para o cidadão, razão pela qual a repetição de um padrão prévio, votando, por exemplo, sempre em um mesmo partido, ou seguindo o conselho de alguém que figure como uma autoridade de qualquer ordem, como o líder religioso, o patrão ou amigo próximo pode ser a solução mais viável e prática diante da urna.

Ainda na categoria dos “motivos profanos” temos o *voto estritamente*

afetivo, no qual, o sujeito não remete sua escolha a um princípio moral nem a uma razão estratégica, mas é movido por fatores de ordem emotiva. Tal como no caso do voto heterônomo, não há motivos suficientemente claros que permitam subsidiar a escolha em termos de princípios claramente discerníveis, mas, em vez de aderir a uma autoridade externa, a escolha é incitada por elementos internos ao sujeito, mas não de caráter representativo, e sim puramente emocional. Isto é, a justificativa não é passível de formulação em termos de uma construção argumentativa. Essa motivação pode residir em elementos inteiramente subjetivos, como simpatia por determinado padrão estético. Mesmo nessa modalidade há um elemento de interesse sociológico: quando a decisão do voto decorre de situações de efervescência coletivas vivenciadas pelo eleitor, as quais engendram sensações positivas associadas à figura de um candidato. Exemplo evidente no contexto eleitoral é a promoção de comícios, passeatas de caráter festivo ou qualquer evento que tenha a capacidade de produzir excitação física e estados alterados de consciência. Este último tipo de voto reside no limite entre o profano e o sagrado, uma vez que o sagrado também pressupõe uma importante dimensão afetiva. Contudo, enquanto se tratar de uma situação de efervescência não cristalizada de forma suficiente, não atrelada a um grupo e a um conjunto de representações específicas e não colocadas em uma ordem superior de coisas, esse tipo ideal permanece no campo dos motivos profanos.

Finalmente, temos o *tipo de voto sagrado*, que guarda semelhanças significativas com a ação racional a valores, mas incorpora, justamente, elementos da ação afetiva. O conceito durkheimiano mais próximo ao conceito de *valor* é o de *ideal moral*, entendido como aquilo que orienta a direção da ação na medida em que é considerado pelo grupo - e pelo sujeito que dele faz parte - *como bom, justo e digno de respeito*. Nesse sentido, tanto para Weber como para Durkheim, esse tipo de ação tem um caráter incondicionado, colocando-se para o sujeito como um imperativo não passível de negociação.

A diferença, contudo, está no fato de que Durkheim concede bastante importância à dimensão emocional e inconsciente de todo ideal moral - ou valor - de modo que uma ação moral não poderia nunca ser considerada apenas uma ação

racional. Ela seria um híbrido entre o que Weber chama de ação racional com relação a valores e ação afetiva, e é por essa razão que consideramos tratar-se de uma tipologia secundária, construída a partir de elementos primários da tipologia weberiana; trata-se de um tipo ideal de ação, ainda que não seja um tipo puro.

Um ideal moral diferencia-se das coisas profanas por ser uma ideia investida de excepcionalidade: trata-se de uma ideia sagrada, de um estado de coisas desejado pelo grupo e pelo sujeito, que está acima de qualquer consideração de ordem instrumental. Como vimos, o sagrado pode assumir um caráter fasto ou nefasto, permitindo-nos pensar, igualmente, em ideais morais fastos (aqueles que representam o bem acima de todas as coisas) e ideais nefastos (aqueles que ameaçam diretamente os valores supremos e que encarnam o maior mal). Adaptando esse argumento à nossa tipologia, podemos pensar em uma *escolha do voto por adesão a um ideal fasto* e em uma *escolha do voto por repulsa a um ideal nefasto*. Em ambos os casos, a margem para mudança na escolha é mínima, bem como a possibilidade de negociação com outros princípios ou com questões de natureza utilitária. Ainda que o sagrado seja sempre um sentimento, este tipo de voto se diferencia do voto profano afetivo porque, além da excepcionalidade, um ideal é sempre uma *representação* de algo, há um elemento cognitivo, uma ideia que traduz simbolicamente alguma coisa.

Para aproximar essa tipologia de nosso caso empírico, é preciso lembrar que, no caso de uma eleição, os candidatos muitas vezes não são apenas figuras que representam um programa de governo ou um conjunto de valores, mas passam a *encarná-los*. Torna-se difícil, portanto, discernir quando se trata de adesão ou repulsa a um candidato ou a um programa, de modo que o próprio candidato pode ser interpretado pelo eleitor como um ideal fasto ou nefasto. Podemos até mesmo pensar que no contexto eleitoral do segundo turno, os dois candidatos se converteram em espécies de totens, reunindo sob esse símbolo um conjunto de valores, crenças, expectativas e esperanças. Ao reunir o múltiplo e representá-lo em um único símbolo, há uma aparente redução da complexidade, tornando opacas as diversas camadas de fatores implicados na adesão a um ou outro candidato.

Concretamente, isso nos permite dizer que o voto em um candidato pode ter

se dado tanto por parte de eleitores com plena *adesão ao que ele representa* e por considerar sua candidatura algo como a *encarnação do sumo bem*, ou por considerá-lo única ou melhor *alternativa ao candidato adversário*, tomado como ideal nefasto que encarna tudo o que se teme ou odeia. No primeiro caso, podemos supor que Bolsonaro figuraria aos eleitores deste grupo como a melhor opção em todas as circunstâncias, produzindo grande engajamento com sua candidatura. Nesses casos, o enquadramento mental e afetivo se dá na direção de selecionar elementos que reforcem essa crença, alimentando a imagem de “mito” atribuída ao então candidato e agora presidente. Para esses eleitores, nenhuma demonstração de ordem utilitária poderia alterar sua escolha, do mesmo modo que informações passíveis de impactar negativamente a imagem do candidato tendem a não ser sequer consideradas. Como vimos, a lógica do sagrado constrói uma aura de proteção que instaura o interdito da crítica e, inclusive, imputa irracionalidade a quem não se enquadra na mesma lógica. Essa foi uma das características apontadas em um dos relatórios das atividades feitas pelos alunos:

Ainda assim, apesar da leveza da entrevista, houve momentos inusitados. Um deles, que saltou aos olhos, foi uma réplica da minha entrevistada no terceiro momento da conversa: “como você, uma pessoa tão inteligente, pode ser conivente com um governo marcado por tanta corrupção?”. Essa questão, além de marcar um dos momentos mais extremos de modulação do tom, é deveras emblemática menos por seu conteúdo mas sobretudo por reforçar que a assimilação do divergente tende a ser encarado como expressão de irracionalidade, de descolamento, não apenas por parte das pessoas que se colocam sob certa égide de valores progressistas bem como, também, por aquelas que defendem crenças de caráter reacionário. (Trecho de Relatório de Atividade Discente, grifos nossos)

O mesmo ocorre em relação a Fernando Haddad. Para certo grupo de eleitores, Haddad representaria a melhor opção possível ou, mais ainda, seria sobretudo o representante de um partido que, para esse grupo, teria sido um governo perfeito ou, ao menos, o melhor da história do país. Nesse caso, não se pode deixar de considerar o efeito da liderança carismática do ex-presidente Lula que, sem dúvida, para muitos encarnava um ideal sagrado fasto em sua máxima expressão, cujo carisma teria sido circunstancialmente transferido ao candidato do PT. Tal movimento foi sinalizado durante a própria campanha do candidato, tanto

pelo uso de imagens como em frases como “Haddad é Lula”, usada sobretudo durante o primeiro turno da campanha. Já para o outro grupo típico-ideal, a escolha de Haddad significava, sobretudo, o repúdio ao ideal nefasto encarnado por Jair Bolsonaro. Nesse sentido, no segundo turno Haddad tornou-se o único representante possível do movimento #EleNão, de modo que o voto nesse candidato foi, para muitos, uma tentativa de defender o país de um conjunto de ameaças aos Direitos Humanos representadas pela figura de Jair Bolsonaro. Em outro trecho de relatório da referida atividade de entrevista, vemos uma boa elucidação deste ponto:

Eu disse que acharia razoável, dada a alternância entre forças políticas reacionárias e progressistas no poder, que um candidato mais alinhado à direita no espectro político pudesse ganhar o pleito eleitoral em questão na atual conjuntura. No entanto, minha única ponderação foi quanto a quem eu acreditava que, pelo teor de suas manifestações, deveria ser o único desacreditado desde o início da disputa eleitoral, a saber, Jair Bolsonaro. Para além do completo despreparo para o cargo que pleiteava, ele viola, no meu entendimento, o caráter sagrado da *dignidade da vida humana*, valor este que considero elementar para a convivência social. (Trecho de Relatório de Atividade Discente, grifos nossos)

A tipologia que apresentamos acima, que tem como divisão primária os votos por motivos profanos (utilitários, heterônomos ou emocionais) e os votos por motivos sagrados (fastos ou nefastos) não tem intuito de ser exaustiva ou definitiva, mas se trata de um esforço inicial para elucidar aspectos importantes do processo eleitoral. Do mesmo modo, não temos a pretensão de analisar todos os tipos de voto, mas julgamos pertinente indicar possibilidades de aplicação, tomando um caso exemplar, baseado em uma das entrevistas realizadas por um dos alunos durante a disciplina do curso de ciências sociais¹²⁶, e que nos parece trazer aspectos que se mostraram particularmente relevantes no processo eleitoral que ora nos ocupa.

Aplicação da tipologia a um caso exemplar

¹²⁶ Considerando que a atividade envolveu manifestação da escolha eleitoral tanto do aluno quanto de sua entrevistada, optamos por manter o anonimato, referindo-se a eles como “o entrevistador” e a “entrevistada” - o conteúdo e a análise da atividade são indicados apenas como “Relatório de Atividade Discente”.

Um primeiro aspecto a ser ressaltado consiste no processo de escolha do candidato tal como elaborado por essa entrevistada, que afirmou que sua primeira opção, no início da campanha eleitoral, teria sido pelo político João Amoedo, do partido Novo, por quem admitiu ter feito campanha espontânea. No entanto, com a proximidade do pleito, afirmou ter modificado sua intenção de voto para o candidato Jair Bolsonaro. Neste sentido, importa-nos considerar o contexto responsável por despertar essa mudança de orientação do seu voto, de maneira a ressaltar o *antipetismo* como um autêntico *ideal moral*, que acabou se mostrando o ponto crucial para um *voto motivado por um sagrado nefasto*.

Próximo ao momento da eleição do primeiro turno, a entrevistada fez uma viagem que a aproximou de uma rede de amigos que partilhava do valor antipetista. Para além disso, ela também intensificou a conversa com a rede familiar via *Whatsapp*, na qual também circulavam representações antipetistas. A efervescência proporcionada pela inserção nesse ambiente coletivo promoveu a reintegração ao sentimento antipetista baseado na ideia do voto útil; afinal, a ideia era tentar criar condições para que a eleição fosse encerrada imediatamente no primeiro turno, impossibilitando qualquer chance de vitória do candidato do PT que, àquela altura, encontrava-se na segunda posição de acordo com as pesquisas de opinião.

Sob pena de sofrer algum tipo de sanção moral perante tais grupos, ela desistiu de votar no candidato João Amoedo no primeiro turno das eleições presidenciais. O sagrado ideal do antipetismo presente na argumentação elaborada pela entrevistada encontrou eco em outras afirmações proferidas. Em um terceiro momento da conversa, caracterizado por ponderações às questões fechadas anteriormente colocadas, o entrevistador perguntou se ela era consciente das declarações de Bolsonaro a respeito do fato dele ter como um dos seus grandes ídolos um torturador da época da ditadora militar. Com isso, a intenção do entrevistador era observar se essa informação faria com que o caráter sacro de seu antipetismo fosse relativizado pela sacralidade de seu engajamento com o cristianismo. A este propósito, a afirmação foi a de que *embora Bolsonaro não*

fosse o candidato ideal, não havia outra escolha. Logo, a sacralidade do antipetismo se sobrepôs, na esfera da decisão política, ao seu próprio cristianismo - valor este de constituição central para sua identidade.

Essa declaração é bastante ilustrativa sob dois aspectos. O primeiro deles é a negação de uma multiplicidade de candidatos alternativos à candidatura de Bolsonaro e que não estavam vinculados ao PT no primeiro turno da votação. Logo, apesar da possibilidade efetiva de escolha durante o primeiro turno, em sua racionalidade não havia escolha possível, porque nenhum dos candidatos seria capaz de fazer frente a ameaça do retorno do PT ao governo. Segundo a entrevistada, esta retomada seria problemática, inicialmente, porque legitimaria um retorno à corrupção no Brasil uma vez que o país seria chefiado de dentro da cadeia, o que ela concebia como situação desmoralizante no âmbito da opinião pública internacional. O segundo seria a própria inexistência de alternativa ao Bolsonaro no segundo turno, mesmo a entrevistada reconhecendo as posições desconfortáveis proferidas pelo candidato, afinal, a possibilidade de votar no PT não estava de modo algum sob cogitação.

Por outro lado, se em um momento inicial de sua fala ela disse se contentar com qualquer nome, excetuando o de Fernando Haddad, após indagar o entrevistador sobre as razões que o levariam a votar no candidato em questão, a entrevistada chegou a dizer que não tinha nada pessoalmente contra Haddad e que, caso ele não estivesse no PT, até cogitaria votar nele. Ou seja, vemos aqui uma das características apontadas por Durkheim ao se referir ao sagrado, isto é, seu caráter contagioso. Fernando Haddad tornou-se um ícone sagrado nefasto por coextensividade.

Quando perguntada sobre a procura por informações para fortalecer sua posição quanto ao candidato escolhido, admitiu não ter feito nenhum tipo de busca mais aprofundada sobre nenhum candidato. No entanto, no terceiro momento da conversa, houve ponderação sobre o receio manifesto pelo entrevistador quanto à possibilidade de determinados grupos sociais se tornarem alvos potenciais de violência e segregação em um eventual governo liderado por Bolsonaro. Para fazer frente a isso, a entrevistada mencionou a existência de um vídeo, recebido por

Whatsapp, no qual Bolsonaro estava na companhia de uma mulher lésbica e de um homem negro e que, em virtude disso, tais grupos não estariam tão expostos quanto se poderia imaginar.

Tal colocação é interessante pois permite vislumbrar características dos processos comunicativos empreendidos pelo *Whatsapp* a partir de uma perspectiva que ressignifique a dualidade entre mentira e verdade, tão em voga com a difusão massiva das chamadas *fake news*. O vídeo em questão não era falso, embora se valesse de uma construção comunicativa de caráter estratégico, tendo em vista as polêmicas que o então postulante à presidência havia entrado com os grupos identitários em questão. Mas o que realmente importa, aqui, é que para além da fronteira entre as notícias falsas e verdadeiras, o que estava em jogo era sobretudo a *confirmação de uma crença pressuposta de antemão*.

O aspecto do transe é relevante, porque vai de encontro tanto à possibilidade de se produzir um diálogo entre posições distintas do espectro político - afinal, só se tende a disseminar informações compatíveis com a perspectiva ideológica com a qual se identifica - como sobrepõe, por outro lado, a emoção à troca dialógica. Se, à direita, Bolsonaro se construiu à imagem de um meme - o *Mito* -, obtendo daí tanta aderência emocional, à esquerda houve igualmente uma celebração à figura carismática de Lula durante grande parte da campanha - sobretudo até o momento em que foi necessário desvincular Haddad de seu padrinho político por conta da alta rejeição ao PT veiculada nas pesquisas de opinião¹²⁷.

A produção de efervescência em redes como *Whatsapp* e *Facebook* é facilitada tanto pela relativa simplicidade em compartilhar conteúdos entre os contatos disponíveis como, também, pela participação em grupos de interesse que, embora eventualmente possuam uma constituição heterogênea de membros segundo um ponto de vista político-ideológico, podem, por outro lado, aglutinar pessoas com inclinações políticas semelhantes. Nesse segundo caso a crença de cada participante na convicção defendida reforça a dos demais e cria uma sensação de pertença coletiva que se descola das meras impressões individuais, fortalecendo

¹²⁷ Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/2018/10/1983550-desejo-de-mudanca-e-rejeicao-ao-pt-alavancam-candidatura-de-bolsonaro.shtml>>. Acesso em: jan. 2019.

a dimensão sagrada da causa que os vincula.

Considerações finais

No decorrer deste ensaio procuramos apresentar elementos teóricos extraídos de autores clássicos, em particular Émile Durkheim e em alguma medida, Max Weber, que consideramos relevantes a partir de nossas inquietações presentes. Conforme dissemos, os argumentos trazidos aqui foram o resultado de leituras e discussões coletivas realizadas no decorrer dos dois últimos anos, no contexto de nosso grupo de pesquisa, motivo pelo qual optamos pela escrita de um artigo coletivo, expressão de um trabalho compartilhado. Sobretudo ao longo de 2018, a conjuntura política brasileira assumiu proporções cada vez maiores em nossas inquietações, e o pleito eleitoral transformou-se em laboratório para o exercício da reflexão sociológica. Procuramos mobilizar a teoria sobre a qual nos debruçávamos para tentar desvendar enigmas e produzir hipóteses explicativas sobre movimentos que se mostravam complexos e inquietantes.

Os conceitos de *categoria* e *representações sociais* se mostraram particularmente relevantes para pensar o fenômeno do “espanto”, aqui definido como a dificuldade manifestada por vários atores sociais - e em certa medida também por nós mesmos - de compreender escolhas radicalmente opostas às nossas. Para aprofundar essa ideia de que as categorias estruturam de forma indelével a nossa mediação com o real, trouxemos as categorias de *sagrado* (fasto e nefasto) e *profano*, em virtude de sua importância na configuração do mundo social em geral, e da dimensão moral em particular. No último movimento, tentamos mostrar como essas categorias estão por trás de diferentes tipos de escolha do voto, sempre tendo sob consideração que os tipos ideais não correspondem a uma descrição exata da realidade, mas são apenas instrumentos que nos ajudam a organizá-la.

Entendemos, com isso, porque os modelos algorítmicos do marketing e da publicidade, criados com o objetivo de gerar aderência ou repúdio, efetivamente modificaram a realidade na qual os brasileiros estiveram durante as eleições de 2018.

Tratou-se de uma incidência intencional na realidade, escondido sob uma névoa de anonimato que inviabiliza a discussão pública sobre os pressupostos envolvidos nos discursos construídos. A máquina de disseminação de informações falsas operou como máquina de bombardeio, interferindo sobre a capacidade de diferenciar o verdadeiro do falso, o plausível do implausível; a realidade se tornou randomizável, customizável a partir de ideais morais previamente compartilhados.

Partindo dessas considerações, também somos provocados a reiterar a importância de investigações que mobilizem diversas áreas disciplinares e temas de pesquisa, com o intuito de entender os múltiplos mecanismos capazes de instituir noções de verdade e de bem. Trata-se, enfim, de desenhar projetos de pesquisa pautados por uma noção de complexidade, que permitam utilizar teorias e ferramentas contemporâneas para dar conta dos processos de constituição de categorias estruturantes, e de formação e circulação de representações coletivas, sejam elas cognitivas ou morais.

Avançando em uma direção normativa, as premissas delineadas por este quadro teórico ensejam a reflexão acerca das condições institucionais e morais para a manutenção do Estado democrático de direito, indicando a importância de se levar em consideração os processos sociais à base da formação de diferentes configurações axiológicas que levam à sacralização de ideais morais específicos. Alias, é crucial considerar os efeitos de uma tendência que vem se impondo com força crescente nas eleições brasileiras, qual seja, a de um protagonismo cada vez maior de pautas de natureza moral. Não se trata de discutir se essas pautas são realmente importantes para os candidatos ou se são apenas “cortina de fumaça” para pautas econômicas, mas de levar a sério as considerações de uma moralização dogmática da esfera pública. Conforme demonstraram Steil e Toniol (2012), desde o segundo turno presidencial brasileiro de 2010 o cenário foi pautado por um debate moral.

O caráter moral e mesmo religioso do debate não deve ser considerado um problema em si, mas é preciso indagar sobre as consequências da colonização da esfera pública por parte de uma lógica dogmática, na qual a *minha verdade* e o *meu sagrado* impõem-se como prioritárias frente a possibilidade de um espaço de

negociação das diferenças e de critérios de justiça. Ademais, é necessário ponderar sobre a especificidade de um contexto no qual prevalece a lógica do inimigo em detrimento da lógica do adversário, nos termos colocado por Chantal Mouffe (2011), em que o inimigo é alguém a ser destruído, cuja existência não reconheço como legítima. Como afirma Alexander (2018, p. 1014): “Se os lados opostos não são ‘animigos’ [*frenemies*] mas inimigos, não pode haver regras do jogo mutuamente vinculativas”.

A polarização entre sagrados fastos e nefastos carrega em si o potencial de minar a esfera pública, tornada impermeável à racionalidade dialógica. Se a adesão ao sagrado e a apreensão da realidade mediada por categorias socialmente construídas são, todavia, constitutivos do ser humano, como é possível conceber possibilidades de ação coletiva que transcendam essa aparente aporia? Nossa aposta é na construção de rituais democráticos passíveis de fundamentação a partir de diferentes lógicas valorativas, inclusive religiosas, apostando no fato de que todos os sistemas religiosos possuem elementos que permitam fundar uma ética da dignidade humana, condição básica para validar a democracia.

O Brasil é um país ainda em dívida com o seu passado. O encerramento de períodos violentos e autoritários não foi marcado pela promoção de rituais coletivos voltados a manter viva a memória desses fatos e a celebrar os novos valores derivados da ruptura com ele. Durante duas décadas, o Brasil esteve submetido a um regime militar com inúmeras violações aos Direitos Humanos. O encerramento desse período foi seguido de uma Lei da Anistia, na qual todos os abusos foram considerados descriminalizados. Somente em 2014 houve uma investigação ampla em governo federal para elaborar um documento de memória dos diversos crimes cometidos durante a ditadura militar brasileira, o que foi feito com um sentido declaratório, não resultando em condenação criminal dos envolvidos.

Há uma ausência de rituais sacralizando ideais morais como a democracia e a igualdade. Não há rituais públicos voltados à construção sentimental de repulsa à ditadura e à escravidão. Sem a manutenção da memória, não criamos vínculo afetivo enquanto povo. A descrença generalizada de um perigo real do retorno de

um período ditatorial decorre de uma profanação desse período, sem a construção de algo que a simbolize como sagrado nefasto.

Dentro dos quadros conceituais aqui apresentados, sustentamos, por fim, que a continuidade do Estado democrático de direito demandará formas de engendrar um compartilhamento suficientemente amplo das categorias e representações sociais basilares de um *ethos* democrático, que supõe um consenso mínimo sobre os quadros que estabeleçam as fronteiras dentro das quais podemos expor nossas diferenças e defender nossas preferências e divergências. Uma democracia não se dá sem pressupostos, que não são apenas de ordem institucional, mas também cognitiva, afetiva e moral.

Referências

- ALEXANDER, Jeffrey. The centrality of the classics. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan H. (Org.). **Social theory today**. Cambridge: Polity Press, 1987.
- _____. “Vociferando Contra O Iluminismo: A Ideologia De Steve Bannon”. **Sociologia & Antropologia**, v. 8, n. 3, p. 1009-1023, dez. 2018.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. [S.l.]: Paz e Terra, 2007.
- DEBORD, Guy. **The Society of the Spectacle**. Camberra: Hobgoblin Press, 2002.
- DURKHEIM, Émile; MAUSS, Marcel. De quelques formes primitives de classification. Contribution à l'étude des représentations collectives. In: MAUSS, Mauss. **Oeuvres**, v.2. **Représentations collectives et diversité des civilisations**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1968. p. 13-89.
- DURKHEIM, Émile. **Les formes élémentaires de la vie religieuse: le système totémique en Australie**. Paris: F. Alcan, 1912.
- _____. **Education et Sociologie**. Paris: Presses Universitaires de France, 1922.
- _____. **L'éducation morale**. Paris: F. Alcan, 1925.
- _____. **Les règles de la méthode sociologique**. Paris: F. Alcan, 1895.
- GOMES NETO, J. As Categorias Sociológicas do Pensamento: Durkheim, Herdeiro Crítico de Kant. In: GOMES NETO, J.; MAGNELLI, A.; WEISS, R. (Org.). **Durkheim, Apesar do Século: Novas Interpretações entre Sociologia e Filosofia**. São Paulo: Annablume, p. 241-327, 2018.
- JENKINS, Henry; FORD, Sam e GREEN, Joshua. **Spreadable media: Creating value and meaning in a networked culture**. New York: New York University Press, 2013.
- JONES, Gareth Stedman. Charles Renouvier and Émile Durkheim: “Les Règles de La Méthode Sociologique”. **Sociological Perspectives**, v. 38, n. 1, p. 27-40, 1995.
- JONES, Susan Stedman. **Durkheim reconsidered**. Cambridge: Polity, 2001.
- _____. Action and the question of the categories: a critique of Rawls. **Durkheim Studies**, v. 12, p. 37-66, 2006.
- KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1997 [1781].
- KELLNER, Douglas. Media Spectacle and the 2008 Presidential Election. **Cultural Studies ↔ Critical Methodologies**, 9(6), 2009, 707-716.

MIHAILIDIS, Paul; VIOTTY, Samantha. **Spreadable Spectacle in Digital Culture: Civic Expression, Fake News and the Role of Media Literacies in “Post-Fact” Society**. Boston: Sage Publications, 2017.

MOUFFE, Chantal. **On the Political**. [S.l.]: Taylor & Francis, 2011.

PICKERING, William Stuart Frederick. **Durkheim’s Sociology of Religion - Themes and Theories**. Cambridge: James Clarke & Co., 2009.

ROSATI, Massimo; WEISS, Raquel. Tradição e autenticidade em um mundo pós-convencional: uma leitura durkheimiana. **Sociologias**, v. 17, n. 39, p. 110-159, ago. 2015.

STEIL, Carlos Alberto; TONIOL, Rodrigo. Direitos Humanos e Igreja Católica no contexto das eleições para presidência do Brasil em 2010. *In*: AMEIGEIRAS, Aldo Rubén. **Cruces, Intersecciones y Conflictos: relaciones político religiosas em Latinoamérica**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2012.

WEBER, Max. **Economía y sociedad: esbozo de sociología comprensiva**. México, D.F: Fondo de Cultura Económica, 2002 [1922].

WEISS, Raquel. Efervescência, dinamogenia e a ontogênese social do sagrado. **Mana**, v. 19, n. 1, p. 157-179, abr. 2013.

ZEPEDA, Andrés Valdez; FRANCO, Delia Amparo Huerta. Qué Mueve A Los Votantes? Um Análises de Las Razones Y Sinrazones del Comportamiento Politico Del Elector. **Razón y Palabra**, vol.16, núm. 75, febrero-abril, 2011.

Recebido: 07 jan. 2019

Aceito: 23 fev. 2019